VÉRTICE

Revista mensal Maio de 1989 Preço: 480$00 II Série

Em Questão — Crise e economia
Textos de António Mendonça (Forma deflacionista versus forma inflacionista) ▼ *Carlos Bastien (A noção de crise no senso comum e nas ciências sociais)* ▼ *Carlos Pimenta (Crise e valor)* ▼ *Manuel de Jesus Fa (A crise da teoria keynesiana)*

Em Estudo — *A poesia de Mário Cláudio (Isabel Pires de Lima)* ▼ *O discurso da moderna divulgação científica (Annabela Rita)* ▼ *Memórias da Vértice (Luis de Albuquerque)*

Em Arquivo — *Manifesto da Comissão Inter-sindical (apresentação de Jo Arsénio Nunes)*

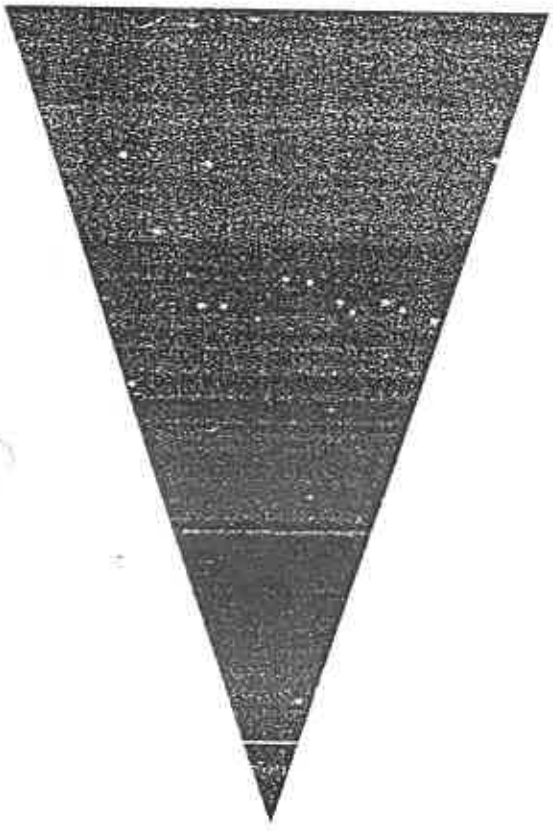
Em Diálogo — *Entrevista com José Saramago (diálogo com Manuel Gusmão)*

Em Movimento — *Crónica (Ernesto Rodrigues)* ▼ *O debate de ideias sobre Comunicação Social (José Goulão)* ▼ *Os planetários no ensino (Máximo Ferreira)* ▼ *Quatro vistas sobre a pintur actual (Carlos C. Vidal)* ▼ *Sobre a pornografia (J. F. Jo*

14

António Mendonça

Crise e economia



A década de 70 representa para a economia capitalista mundial um marco de viragem decisivo relativamente ao período que decorreu desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Após quase três décadas de crescimento intenso apenas entrecortado aqui ou ali por pequenas inflexões nos ritmos de progressão do produto e do investimento, uma crise de grandes proporções, somente encontrando paralelo nos longínquos anos 30, fez de novo o seu aparecimento, abrindo uma época de profundas transformações, a todos os níveis da sociedade, cuja dinâmica está, ainda longe, de se ter esgotado.

Esta crise, que teve como elemento detonador imediato o brutal aumento de preço do petróleo entre Outubro de 1973 e Janeiro de 1974, abriu um ou outro processo de crise, *a crise de intervenção do Estado sob a forma de política económica*, que se desenvolveu na exacta medida da incapacidade demonstrada pelos diversos governos de inverterem de forma segura as tendências negativas que então se manifestaram.

Para começar, um fenómeno novo e até então inconcebível no plano teórico associou-se às manifestações tradicionais da crise: a acompanhar *a característica geral de sobreprodução de mercadorias* esteve, não uma descida mas uma acentuação e mesmo disparada da tendência geral de subida dos preços, que desde a primeira metade dos anos 60 se vinha manifestando. Por oposição às situações anteriores, em que a crise assumia uma forma que se poderia designar de *deflacionista*, a crise de 1974 passou a assumir uma forma nova, que designaríamos de *inflacionista*.

Em segundo lugar, e uma vez iniciada de uma maneira geral durante o ano de 1976, a recuperação não se fez acompanhar pela diminuição mas, pelo contrário, pelo aumento do desemprego. As taxas de desemprego na zona da OCDE saltaram rapidamente para níveis superiores a 10%.

Em terceiro lugar e a culminar todo este processo eis que uma nova crise, a crise de 1980-1982 — em tudo idêntica à anterior e em alguns aspectos bem mais profunda, se abateu sobre a economia mundial, ainda mal refeita do choque anterior. A precedê-la, uma vez mais, a subida do preço do petróleo, ao longo de todo o ano de 1979.

Como não podia deixar de ser, a impotência revelada pelos responsáveis da política económica perante o evoluir da situação, só sumariamente aqui descrita, veio trazer a dúvida para o campo da teoria que até aí havia legitimado a intervenção económica do Estado e que os aparentes sucessos do pós-guerra

haviam transformado em dominante — a chamada macroeconomia keynesiana. À crise económica propriamente dita, à crise da política económica, juntava-se assim um terceiro processo da crise, *a crise da teoria económica*, cuja expressão mais visível foi o recrudescimento, ainda que sob novas e mais sofisticadas formas, das concepções neoclássicas ou liberais que a crise dos anos 30, num processo semelhante ao que estamos a descrever, havia relegado para uma posição apagada.

Da crise de 1980-1982 para cá, a situação é no mínimo contraditória.

Por um lado, a partir de 1984 entra-se numa fase de recuperação económica, acompanhada pela desaceleração dos ritmos de subida dos preços. Por outro, persistem os níveis elevados de desemprego, que ritmos menores de progressão do investimento e do produto se têm mostrado incapazes de contrariar; tudo isto enquanto os défices crónicos, orçamental e comercial, americanos projectam a sua sombra ameaçadora sobre a economia mundial, parecendo querer inverter a todo o momento as tímidas tendências expansionistas que actualmente se verificam.

Olhando-se retrospectivamente, pode-se dizer que a crise 1974-1975 abriu um longo período de dificuldades económicas generalizadas que constituíram simultaneamente a expressão de um processo de transformações profundas, que não se limitaram à esfera económica, mas que se estenderam à sociedade capitalista no seu conjunto.

Estas transformações, como não podia deixar de ser, deram origem a conflitos sociais e políticos que, pelo menos até ao presente momento, se traduziram num apreciável recuo das posições dos assalariados. No plano das relações internacionais saliente-se a subida do tom belicista, como que apontado para uma saída das dificuldades económicas pela via da guerra, à semelhança, aliás, do que ocorreu, no passado, no seguimento da crise de 1929.

Longe de constituir um período favorável à afirmação do projecto de transformação socialista da sociedade, os últimos quinze anos têm representado, ao contrário, um período de recuperação dos valores capitalistas retrógrados, do mito do mercado e da livre empresa, da concorrência, do individualismo, do *self-made man*, etc., valores que conquistaram, inclusive, sectores importantes de assalariados. A crise económica capitalista representou também, e paradoxalmente, a crise do projecto de transformação socialista.

A agravar esta situação assistiu-se na viragem para a segunda metade dos anos 80, ao reconhecimento por parte dos responsáveis de países socialistas de que as respectivas economias tinham entrado também em processos de crise senão mesmo de colapso.

A semelhança com o ocorrido nas economias capitalistas é notável.

Em primeiro lugar produziu-se um fenómeno que, em teoria, não poderia ter lugar — uma crise económica de grandes proporções, embora com a particularidade de se manifestar pela forma oposta de *subprodução* generalizada de mercadorias.

Em segundo lugar, a crise económica propriamente dita fez vir ao de cima um outro processo de crise — *a crise do sistema de direcção central da economia* — culminando um processo que se arrastava desde a década de 70 e que se havia traduzido na diminuição substancial dos ritmos de progressão económica.

Finalmente, e este o terceiro paralelo que poderemos estabelecer com o sucedido na economia capitalista, a crise do sistema de direcção central da economia arrastou consigo um terceiro processo de crise, *a crise da teoria*, que ao longo de praticamente cinco décadas havia legitimado o modelo de intervenção económica estatal — a crise do que, à falta de melhor, designaremos por *teoria do centralismo estatal-burocrático*.

À semelhança ainda do que se passou no mundo capitalista, a crise económica reflectiu-se em todas as outras esferas da sociedade mas, enquanto no primeiro caso se produziu uma diminuição de conquistas sociais e políticas de grande parte da população, no segundo caso parece estar-se a assistir a um significativo reforço do poder de intervenção dos cidadãos, a uma democratização profunda da sociedade, ao cerceamento de todos os privilégios que não tenham origem na qualidade e quantidade de trabalho produzido.

No plano de relações internacionais, por seu turno, os reflexos da crise nos países socialistas são aparentemente opostos aos da crise dos países capitalistas. Contrariamente ao discurso belicista gerado no caso destes últimos, assistiu-se, no caso dos países socialistas e, em primeiro lugar, no da União Soviética, à enfatização dos interesses comuns, ao apelo à resolução conjunta dos problemas mundiais, ao reconhecimento de que por cima dos antagonismos económicos, sociais e políticos deve erguer-se o interesse geral da Humanidade.

Ainda é cedo para saber as consequências que esta mudan-

ça de atitude terá no plano das relações internacionais e, em particular, no das relações entre os dois sistemas sócio-económicos. Os sinais já visíveis parecem apontar para um reforço de integração económica global. É neste sentido que parecem apontar também as palavras de Gorbatchev proferidas na Assembleia Geral da ONU em 7.12.88:

«É pouco provável que consigam manter-se hoje sociedades 'fechadas'. Esse facto implica a revisão das concepções de cooperação internacional, enquanto importante elemento de segurança universal.

A economia mundial vai-se transformando num organismo único fora do qual nenhum Estado pode desenvolver-se normalmente, sejam quais forem o seu sistema social e nível económico.

Daí a necessidade de elaborar mecanismos novos, de princípio, para o funcionamento da economia mundial e uma nova estrutura da divisão internacional do trabalho.»

Pode dizer-se, em síntese, que o mundo atravessa uma fase grandes mudanças, cujos contornos ainda não serão muito definidos, mas cujos vectores predominantes assentam nas transformações ocorridas internamente nos dois grandes sistemas sócio-económicos, como resultado directo dos respectivos processos de crise.

É neste contexto que a revista *Vértice* se propõe, neste número, pôr «Em Questão» a crise, entendida esta na sua tripla dimensão de crise económica, crise de política económica e crise de teoria económica.

Por razões de espaço, os textos reunidos têm como referência a crise nas sociedades capitalistas contemporâneas. É uma lacuna importante que se pensa, apesar de tudo, poder ser colmatada num futuro próximo, em que o tema voltará a estar «Em Questão», desta vez centrado sobre a crise nas sociedades socialistas.

O primeiro texto, da autoria de Carlos Bastien, propõe-se discutir «A noção de crise no senso comum e nas ciências sociais». Detém-se, em particular, na análise do conceito de «crise histórica» e questiona a validade da sua aplicação à caracterização de uma etapa de desenvolvimento do capitalismo, tal como é feito no quadro da chamada teoria da «crise geral do capitalismo».

O segundo, da autoria de António Mendonça, propõe-se analisar e integrar no quadro de uma teoria geral da crise cíclica de sobreprodução as condições que levam à existência de duas *formas particulares* de manifestação da crise na esfera monetária: a *forma deflacionista* característica do período anterior à Segunda Guerra Mundial e a *forma inflacionista* característica do período posterior.

O terceiro e o quarto textos, da autoria, respectivamente, de Manuel Farto e Carlos Pimenta, analisam as manifestações da crise no plano da teoria económica.

O primeiro deles discute as razões de quebra do consenso no seio da teoria dominante, a denominada «síntese neoclássica», e analisa as potencialidades das duas tentativas mais importantes na actualidade de criação de uma nova síntese: a *teoria neo-keynesiana do desequilíbrio* e a *nova escola clássica*, também conhecida por *teoria das antecipações racionais*. O segundo alarga o âmbito da discussão da crise da teoria com a inclusão da teoria económica marxista, analisando, em particular, as potencialidades da teoria do valor como factor de superação desta mesma crise.

Finalmente, a encerrar a abordagem deste tema, um texto de natureza sociológica, da autoria de Albino Lopes e Luís Reto, em que são analisadas algumas transformações sociais derivadas das mutações tecnológicas em curso e as respectivas consequências sobre o movimento sindical. Por questões de espaço, este texto será publicado na secção «Em Estudo» do próximo número da *Vértice*.

No seu conjunto, estes cinco textos, se bem que não esgotem todos os ângulos de abordagem do problema, manifestam uma tentativa de reelaboração teórica do fenómeno da crise, tendo em conta a necessidade de refundamentar uma intervenção sociai progressista. Neste sentido, constituem um ponto de partida e também de estímulo para desenvolvimentos posteriores.

Lisboa, 20 de Março de 1989.